

"Pisando em terra Tabajara": Conflitos e retomadas no processo de territorialização dos Tabajara da Paraíba¹.

Estêvão Martins Palitot (PPGA/UFPB)

Amandda Yvonne Figueiredo da Cruz (PPGA/UFPB)

RESUMO:

Desde o ano de 2006 que o povo indígena Tabajara vem buscando a demarcação das terras do antigo aldeamento da Jacoca, sua área de ocupação tradicional no litoral sul da Paraíba. Na expectativa de reconstituir um território minimamente viável para o reagrupamento das famílias que foram dispersadas por efeito de décadas de domínio patronal sobre as terras da Jacoca os Tabajara tem construído uma organização social dinâmica e flexível através da qual vem logrando a ampliação das áreas sob seu controle. Atualmente, são três aldeias organizadas, sendo duas em áreas de retomada. Nesses processos, a dimensão conflitiva tem sido elemento principal. Se não são os conflitos pelas retomadas, são as disputas em torno da ocupação das praias como pescadores e barraqueiros ou os enfrentamentos com o poder municipal e o projeto de reordenamento territorial da cidade do Conde. Ao lado dessas disputas, o esforço para reunir os parentes em torno de projetos de vida comunitária nas três aldeias também é uma marca característica do atual processo de territorialização dos Tabajara. Nesse trabalho, pretendemos discutir esses temas em diálogo com outros estudos sobre processos de territorialização, a forma retomada e o retorno dos parentes em contextos indígenas.

Palavras-chave: Retomadas; Tabajara; Territorialização.

No mês de abril de 2022 os Tabajara realizaram uma manifestação na estrada PB-008, no município do Conde, na qual o principal mote era: *Você está pisando em terra Tabajara!* Esta frase afirmativa trazia um duplo alerta, o primeiro fazia referência às disputas em torno da revisão do plano diretor de urbanização do município, que pretende autorizar a construção de prédios com vários andares na orla marítima, trazendo impactos para todas as comunidades que vivem à beira-mar; o segundo alerta era complementar a esse, e lembrava a todos que as famílias Tabajara são os mais antigos habitantes do litoral sul da Paraíba, onde está inserido o município do Conde. Durante a manifestação, que era também alusiva ao dia dos povos indígenas, os Tabajara sustentavam outras faixas e cartazes que alertavam sobre preservação ambiental e exigiam o fim da criminalização de suas lideranças.

¹ "Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022".

O processo de reorganização dos Tabajara no litoral sul da Paraíba iniciou-se no ano de 2006 e busca reverter o processo secular de esbulho territorial, subordinação socioeconômica e dispersão populacional que foi imposto sobre essas famílias desde o final do século XIX, com a demarcação e loteamento das terras da sesmaria da aldeia da Jacoca (PALITOT, 2013). O núcleo organizativo principal das famílias Tabajara descende de uma mesma linhagem oriunda de um dos lotes demarcados em 1865 e conhecido entre eles como o Sítio dos Caboclos. As terras do Sítio dos Caboclos seguiram ocupadas pelos indígenas até os anos 1960, quando após décadas de pressão das elites fundiárias locais foram definitivamente expulsos, reassentando-se em outros locais. Alguns ainda dentro das terras da antiga Jacoca (Prensa Velha, Andreza, Jacumã, Barra de Gramame, Conde e Abiá) e outros mais distantes como João Pessoa, Pitimbu, Bayeux, etc. O município do Conde encontra-se inteiramente dentro das terras da sesmaria da Jacoca, tendo se originado da conversão da aldeia em Vila de Índios no século XVIII (MURA, PALITOT E MARQUES, 2016).

Atualmente, os Tabajara têm se reorganizado e recuperado pequenas áreas, reivindicando a recomposição de parte desse território como terra indígena demarcada. Sua organização social reconhece três aldeias: Barra de Gramame, Vitória e Nova Conquista-Taquara. Estas três aldeias correspondem a três unidades organizacionais, cada uma com um cacique e suas associações comunitárias e de mulheres. Ainda assim, existem vários outros núcleos que concentram famílias indígenas (Jacumã, Sítio Tambaba, Conde etc.) mas que se filiam a uma das três organizações. Barra de Gramame e Sítio Tambaba são assentamentos da Reforma Agrária onde significativa parcela das famílias são indígenas e as aldeias Vitória e Nova Conquista-Taquara originaram-se de retomadas feitas pelos Tabajara.

A situação fundiária de toda a região do litoral sul da Paraíba é bastante complexa e está marcada por sucessivos processos de territorialização²: aldeamentos missionários (Séc. XVII-XVIII) – vilas de índios (Séc. XVIII-XIX) – demarcação e loteamento das terras (Séc. XIX) – grilagem e consolidação do latifúndio (Séc. XIX-XX) – desagregação dos latifúndios e lutas por reforma agrária (Séc. XX-XXI) – expansão turística, urbana e industrial (Séc. XX-XXI) – reorganização das comunidades quilombolas e indígenas (Séc. XX-XXI).

² Seguimos aqui a noção de territorialização proposta por João Pacheco de Oliveira (2004; 2018).

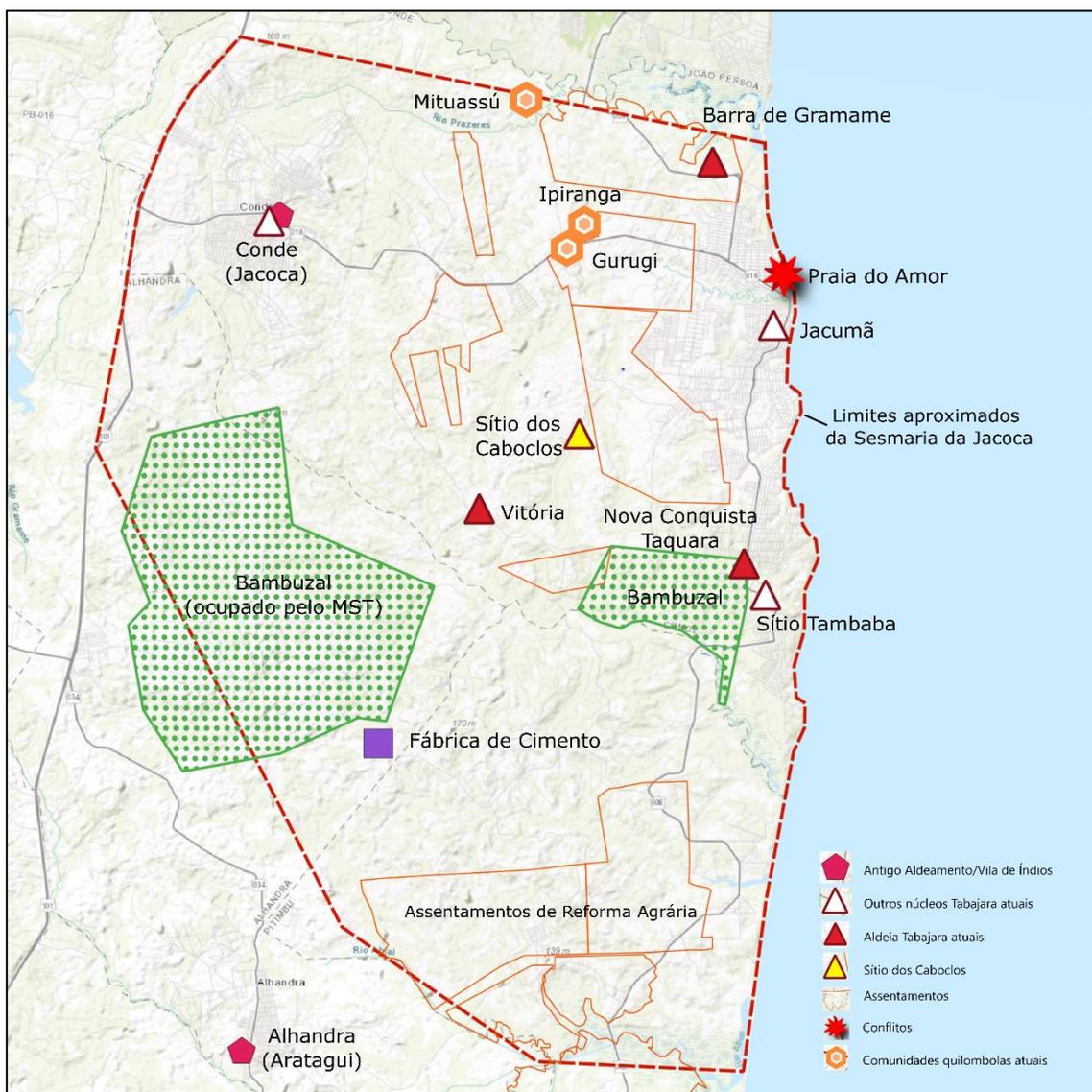


Figura 1 – Mapa da situação atual das retomadas Tabajara. Elaboração: Estêvão Palitot. 2022.

As elites locais são as herdeiras do processo de loteamento do século XIX e enfeixaram em torno de si os controles fundiário e político da região, exercendo um domínio contínuo sobre os poderes municipais e os cartórios de registro de imóveis (CRUZ, 2022). As relações entre as famílias indígenas e essas elites eram marcadamente assimétricas, numa modalidade clássica de patronagem rural e regime de morada (MOREIRA, 1997).

A partir dos anos 1970 os conflitos fundiários se intensificaram como resultado das iniciativas de reordenamento econômico da região e que implicavam no desapossamento de muitas famílias e no cerceamento do acesso a recursos ambientais. Esses conflitos evoluíram por meio de modalidades organizacionais de trabalhadores rurais com a Comissão Pastoral da Terra sendo um ator importante nesse processo, o que

resultou numa grande quantidade de assentamentos de reforma agrária. Em alguns desses assentamentos as famílias sustentavam memórias mais antigas e um senso de pertencimento étnico que resultou na sua reorganização como comunidades quilombolas e indígenas nas primeiras décadas do século XXI (Sampaio, 2001; Marques, 2015).

Os Tabajara tiveram como seu primeiro espaço de organização justamente a agrovila do assentamento Barra de Gramame, onde um dos ramos da família do Sítio dos Caboclos é a maioria. Contudo, a exiguidade de terras nessa aldeia (lotes familiares de 6 hectares) impedia a plena reunião dos parentes dispersos tanto dentro dos limites da antiga sesmaria quanto fora dela. Além disso, a memória sobre o Sítio dos Caboclos e o seu esbulho ainda é muito presente nas gerações de adultos e idosos que começaram o movimento Tabajara, de modo que o retorno a esse território é um dos objetivos centrais da organização das famílias indígenas.

Ainda no ano de 2009 os Tabajara conseguiram que a Funai constituísse um Grupo de Trabalho para realizar o estudo de fundamentação antropológica da ocupação indígena no Litoral Sul da Paraíba, produzindo um relatório que tem servido de base ao segundo Grupo de Trabalho constituído no ano de 2015 com a finalidade de realizar a identificação e delimitação da terra indígena (Mura, Palitot e Marques, 2016).

Movidos pela necessidade de recuperarem o controle das terras da Jacoca e confrontados com o processo de reconversão econômica da região com a construção de um polo industrial e um polo turístico os Tabajara realizaram a sua primeira retomada no ano de 2011.

Mucatu, a fábrica de cimento e a aldeia Vitória.

Após o anúncio de que o grupo industrial Elizabeth Cimentos estava adquirindo os títulos de propriedade do Assentamento Mucatu (o mais antigo da Paraíba e situado no limite das terras da antiga sesmaria da Jacoca) os Tabajara, junto com a CPT e outros movimentos sociais, se mobilizaram e fizeram a sua primeira retomada no final do ano de 2011.

Os Tabajaras decidiram pela ação de retomada após a venda dos lotes, conforme explicou o cacique Edinaldo: apesar de o território ser reivindicado pelo meu povo, ele cumpria uma função social. Então respeitávamos. A partir da hora que ele perdeu essa característica ao ser vendido, nossa decisão foi pela retomada. Montaram acampamento em busca de suas raízes, do território que, no passado, pertencera aos

Tabajara. Os agricultores do assentamento João Gomes, na Grande Mucatu, contrários à venda dos lotes, estiveram presentes nesta ação apoiando a causa indígena.
(<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pb-indigenas-tabajara-lutam-por-regularizacao-de-territorio-tradicional/>)

Essa retomada não logrou sucesso pois a fábrica de cimento era apoiada por interesses governamentais federais e estaduais. Além disso houve resistência do Ministério Público Federal em desafetar o caso da justiça estadual para a justiça federal e os Tabajara sofreram uma reintegração de posse. Esta reintegração de posse mobilizou um grande contingente de forças policiais e causou imenso impacto psicológico nas famílias indígenas.

Ao longo de todo o primeiro semestre de 2012 a situação na retomada foi se tornando cada vez mais precária até que, no mês de maio, um Termo de Ajustamento de Conduta foi celebrado por sugestão do MPF no qual a Elizabeth Cimentos se comprometia

a adquirir, no prazo de 30 dias, uma área de, no mínimo, seis hectares nas proximidades do Sítio dos Caboclos, de ocupação tradicional indígena, a ser doada à FUNAI para uso exclusivo da comunidade Tabajara. A área deverá ser incorporada ao patrimônio da FUNAI e integrar a reserva indígena a ser criada na área, por ocasião de futura demarcação. (<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pb-indigenas-tabajara-lutam-por-regularizacao-de-territorio-tradicional/>)

Este TAC foi aceito apenas por parte das famílias Tabajara, aquelas lideradas pelo cacique Ednaldo. Este grupo recebeu um sítio de seis hectares, localizado em Mata da Chica, zona rural do Conde, e nas proximidades do Sítio dos Caboclos. Esta situação gerou uma profunda crise entre os Tabajara, fazendo com que dois outros grupos se organizassem, um liderado pelo cacique Carlinhos, da Barra de Gramame e o outro pelo cacique Paulo, liderando os Tabajara que viviam em João Pessoa.

Apesar dessa crise, o grupo do cacique Ednaldo se estabeleceu nesse sítio e passou a denominá-lo de aldeia Vitória. Com o decorrer dos anos a ocupação na aldeia Vitória se consolidou, com a construção de duas dezenas de casas onde vivem aproximadamente 100 pessoas. Quase a mesma população que vive na aldeia Barra de Gramame. Até o momento estas são as duas únicas aldeias dos Tabajara que são atendidas pelo Distrito Sanitário Especial Indígena, possuindo uma agente de saúde cada uma.

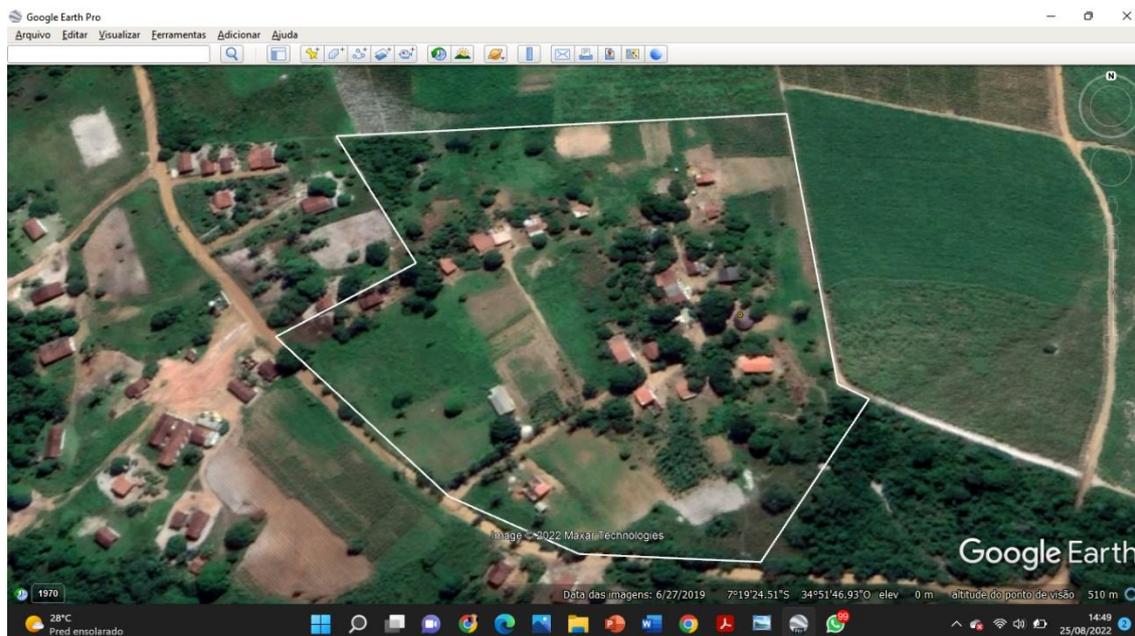


Figura 2 – Imagem de satélite da aldeia Vitória. Fonte: Google Earth. 2022.

O Bambuzal e a aldeia Nova Conquista-Taquara

O espaço denominado Bambuzal localiza-se na região de Garaú, e originou-se da antiga Fazenda Garapu, do grupo João Santos, que faliu (SPINELLI, 2021). Após a falência, ficou para trás uma área imensa, que foi apropriada majoritariamente por trabalhadores sem-terra (SPINELLI, 2021). Aproximadamente 700 hectares, no entanto, passaram para o controle das aldeias tabajara, sendo a maior área recuperada até o momento.

Atualmente, as aldeias contam com o apoio do Ministério Público Federal³ para permanecerem na área, cuja posse ainda não possui titulação, embora seja mansa e pacífica. Além disso, existem movimentações políticas junto ao Governo Estadual⁴, no sentido de criação de uma Reserva Indígena na área. A regularização fundiária é de suma importância para os indígenas, pois o acesso aos direitos à saúde e à educação diferenciadas, incluindo saneamento básico, no momento está obstaculizado, segundo as negativas da Sesai, pelo fato do Bambuzal não ser terra demarcada.

O Bambuzal foi dividido em fevereiro de 2020, em um acordo entre as lideranças que contou com a mediação de indigenistas da FUNAI, acadêmicos e o Ministério Público

³ MPF. Ata Nº. 8/2020. PR-PB-00004247/2020.

⁴ O estudo de identificação da Terra Tabajara encontra-se em fase de revisão, adequação e complementação dos dados.

Federal. No acordo⁵ as lideranças apoiaram a criação de uma terceira aldeia, a Nova Conquista – Taquara, que ficou sob a liderança do Cacique Paulo, que já era cacique dos indígenas que moravam nas periferias de João Pessoa. A nova aldeia deveria possibilitar o retorno para a terra tradicional das famílias que viviam dispersas em várias localidades, dentro e fora da Jacoca. A Aldeia Vitória ficou com 60% da área – que foi dividida com a Aldeia Nova Conquista –, enquanto que a Aldeia Barra de Gramame junto com o Sítio Tambaba ficou com os 40% restantes. Esse acordo também selou a divisão de liderança entre os caciques, de modo que, a partir daquele momento, as três lideranças passaram a assinar em conjunto os documentos junto à órgãos de representação, como o próprio MPF.

O solo do Bambuzal está muito desgastado pela falta de cobertura florestal, posto que a monocultura impede a plantação de outros gêneros e não protege o solo da erosão. A retirada definitiva do bambu é extremamente dificultosa e dispendiosa, pois ele não sai nem na enxada nem com o uso controlado do fogo, devido às fortes raízes que formam grossas touceiras. Só é possível retirá-lo definitivamente com o uso de trator, que custa para os indígenas – em sua esmagadora maioria agricultores e pescadores - duzentos reais por hora.



Figura 3 - Oca central e oca familiar em construção na aldeia Nova Conquista – Taquara. Foto: Estêvão Palitot, 2020.

⁵ MPF. Ata N°. 7/2020. PR-PB-00004245/2020.

O controle desse espaço vem possibilitando o cultivo de gêneros alimentícios, como o coco, o feijão, o inhame, o jerimum, e a mandioca, além de ser um espaço de convívio e estreitamento dos laços sociais entre os parentes, muitos dos quais se conhecem há pouco tempo devido à diáspora. A instalação das aldeias e o reflorestamento do Bambuzal é, acima de tudo, um projeto coletivo do Povo Tabajara.

A Aldeia Nova Conquista, portanto, foi fundada na época em que os indígenas entraram na área. Foram demarcados lotes para cada família que *acompanha* a aldeia, que são cerca de cem, e a presença de cada unidade habitacional é afirmada pela construção de uma oca no respectivo lote. A intenção é que asocas sejam a primeira coisa na vista de um visitante, enquanto que as casas de alvenaria ficariam escondidas pelo bambu, pois “a oca é tradição, sem oca não há aldeia”, explicou um interlocutor. O material de construção da oca varia de acordo com a disponibilidade de matérias-primas e as condições financeiras das famílias, havendo ocas feitas de bambu, de taipa e de palha. A construção das ocas também visa a ocupação do território, de maneira a demonstrar que de fato, embora sem reconhecimento, é uma terra indígena. Poucas são as famílias morando permanentemente na localidade, em virtude da ausência de estrutura, embora algumas já estejam vivendo lá.

Na extensão da Aldeia Vitória está sendo erguida uma nova aldeia, chamada de Olho d'Água, em virtude das diversas nascentes de água existentes no terreno. Uma parte do bambu foi retirada da nova aldeia, permitindo que os indígenas iniciassem um trabalho coletivo de reflorestamento. A intenção, segundo informou-me o Cacique Ednaldo dos Santos, é que na nova aldeia não sejam construídas casas de alvenaria, somente ocas.

Gurugizinho da Praia (Praia do Amor)

O próprio nome desta localidade invoca lutas pela memória: os caboclos que moravam na região chamavam-na de Gurugizinho da Praia, ou ainda Gurugizinho da Mata, em referência ao rio Gurugizinho que desagua na localidade. O nome Praia do Amor, toponímia mais recente, faz referência a uma pedra, chamada de Pedra Furada, que segundo a memória oral dos indígenas era um local onde eram realizados casamentos e juramentos. Reza a lenda que o casal que passa por baixo da pedra tem uma vida de felicidades. É um dos pontos turísticos mais famosos do litoral sul, recebendo muitos visitantes, principalmente aos finais de semana.

Pedra Furada já aparecia como local de ocupação tradicional no mapa de Justa Araújo (1865). No século XX, essa faixa litorânea passou ao controle da família Lundgren (Fazenda Jacumã) e da Família Pimentel (Fazenda Gurugi), ambas famílias industriais do ramo têxtil pernambucano, e era local de moradia de diversas famílias de pescadores caboclos. Muitos deles trabalhando nos currais de pesca então existentes.

Na Pedra Furada, *os caiçaras*, como alguns os denominam, moravam em casas feitas de palha ou de palha tapada com barro e cobertas de palha, chamadas de caiçaras, até finais da década de 1970, início de 1980, quando os patrões, Almir Correia e Jeranil Lundgren venderam o terreno para loteamento e os pescadores foram obrigados a sair.

Nos anos de 1970 e 1980 o Conde efervescia em movimentos de reforma agrária, por parte de posseiros expulsos das fazendas após a venda das terras (MURA, PALITOT E MARQUES, 2015; MARQUES, 2015). Apesar disso, os trabalhadores não entraram em conflito com a proprietária de Jacumã, e segundo todos afirmaram, a mesma não usou de violência para que os trabalhadores saíssem, mas eles afirmaram *que não tinham opção*.

O Cacique Carlinhos e o Sr. Antônio Francisco Soares (Santos), de 66 anos, pescador que morava na Fazenda Gurugi, informaram que o mar avançou muito sobre a praia, ocasionando também o avanço da areia. Mostrando onde ficavam localizadas as casas dos pescadores, na *Rua da Praia*, Santos afirmou que se cavassem a areia fofa, ainda iam achar resquícios da antiga ocupação. D. Cleonice dos Anjos, 77 anos, também deslocada da localidade, afirmou que nasceu em 1944 e o seu pai já morava na localidade. Ele era indígena, pescador e agricultor, enquanto sua mãe era quilombola do Gurugi.

A Vila dos Pescadores em Jacumã foi formada a partir desse deslocamento dos moradores das Fazendas Gurugi e Jacumã que moravam na beira-mar para dentro do território em terrenos diminutos, perdendo sua condição de posseiros (SAMPAIO, 2001). Os terrenos ficam em uma ladeira muito íngreme, e segundo diversos interlocutores que testemunharam o processo, ficavam em uma área de muita lama. De maneira geral, todos os moradores antigos afirmaram que era um local insalubre.

Mesmo após esses deslocamentos, os pescadores continuaram fazendo uso da praia e de seus recursos, pois era de onde tiravam seu sustento: a pescaria era o que sabiam fazer para sobreviver. Uma das interlocutoras informou que *“a única coisa que Pai tinha era o mar”*. Nos anos de 1980, época em que Jacumã passou a receber um maior fluxo de turistas, alguns desses pescadores montaram barzinhos em Gurugizinho da Praia, onde

vendiam coco, caldo de marisco, moqueca de lambe-pau⁶, peixada, enfim, comidas de consumo tradicional dos caiçaras. Em 2017 cinquenta pessoas ainda viviam da renda desses bares, quando suas barracas foram derrubadas pela prefeitura, sob justificativa de que estavam invadindo terreno da União⁷, e que seriam realocados com o “Projeto Orla”⁸.

Alguns barraqueiros conseguiram voltar e se instalaram novamente na área, em barracas de lona, sem energia e sem água encanada, apesar do perigo de desabamento das falésias na área, além das crescentes pressões da atual gestão executiva do Conde, que alega que a venda de frutos do mar, como o marisco, não se trata de atividade tradicional indígena, e de empreiteiros ligados à Família Pimentel, que recentemente entraram com uma ação de manutenção de posse da área e retirada dos indígenas, alegando que os mesmos fazem parte de uma organização criminosa⁹.

Figura 4 - Localização das casas dos pescadores em Jacumã (1865)



Fonte: Arquivo Nacional.

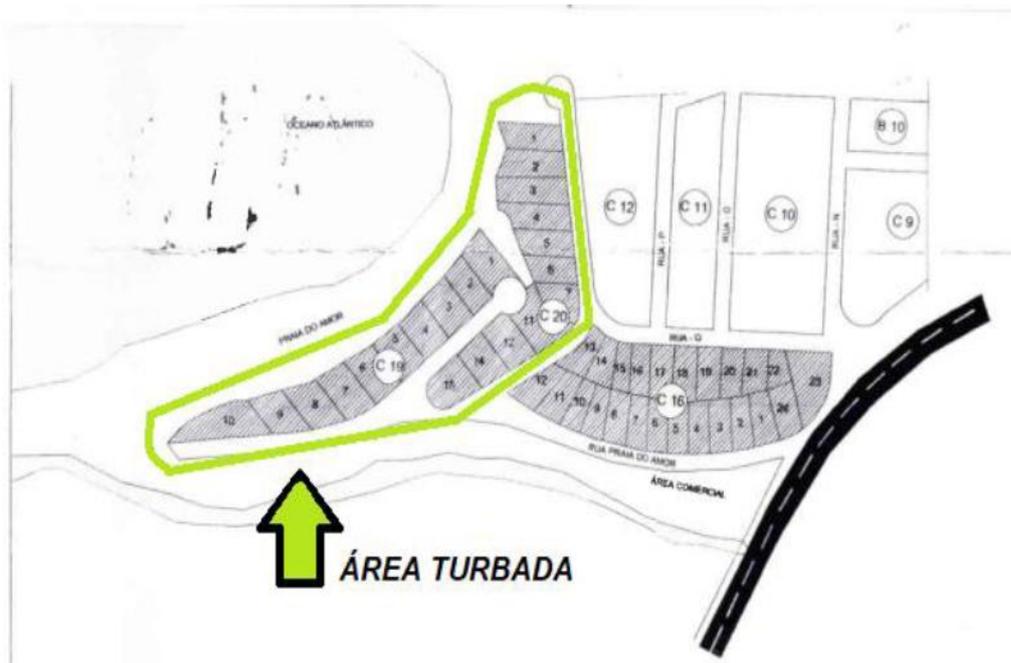
⁶ Os indígenas pescadores com quem conversei foram enfáticos ao lembrar do molusco lambe-pau: era uma das refeições que mais consumiam, sendo muito apreciado. Todos também, com pesar, afirmaram o desaparecimento do molusco.

⁷ Disponível em: <<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/comerciantes-retiram-barracas-das-praias-do-conde-pb-apos-decisao-da-justica.ghtml>> Acesso em: 20 de março 2022.

⁸ Estava prevista a realocação de menos da metade dos comerciantes.

⁹ Processo judicial 0800201-34.2022.8.15.0441 – TJ/PB, 2022.

Figura 5 - Alegação de turbação de posse na Praia do Amor por parte dos indígenas



Fonte: Processo judicial 0800201-34.2022.8.15.0441 – TJ/PB, 2022.

Na prática, está em curso um processo de gentrificação na Praia do Amor, e os indígenas informaram que existem movimentações nos bastidores políticos para a construção de uma marina na área. Como a localidade possui poucos acessos, isso fecharia a praia para o uso público e dos pescadores, cujas algumas famílias ocupam a área há pelo menos oitenta anos. Como o próprio processo de manutenção de posse afirma, trata-se de área de interesse imobiliário.

Refletindo sobre as retomadas tabajara

As retomadas realizadas pelos Tabajara possuem muitas singularidades quando são comparadas com outras retomadas conhecidas na literatura etnológica (FALEIRO, 2005; SANTOS, 2009; TÓFOLI, 2010; PACHECO DE OLIVEIRA, 2018; SOUZA, 2019; ALARCON, 2013; 2020). Uma dessas singularidades é que a primeira retomada que fizeram terminou fracassando, porém lhes garantiu uma espécie de compensação territorial, que se tornou a aldeia Vitória. Esta aldeia é hoje uma “ponta de lança” apontada na direção do núcleo central do projeto étnico-territorial que é o retorno ao Sítio dos Caboclos. Enquanto o assentamento Mucatu ficava no limite da antiga sesmaria, a aldeia Vitória está no centro do território tradicionalmente ocupado, justamente na área onde foram demarcados os lotes no século XIX.

O Bambuzal, área onde estão sendo construídas a aldeia Nova Conquista-Taquara e as extensões das aldeias Vitória e Barra de Gramame, também fica próximo da aldeia Vitória e foi retomado de forma não conflitiva, aproveitando-se a execução judicial das posses do grupo João Santos. Tomando-se em conjunto a aldeia Vitória, o bambuzal e o Sítio Tambaba tem-se pela primeira vez uma área mais ou menos contínua de ocupação por famílias indígenas no Conde e que corresponde à parte significativa da área que projetam ver demarcada, constituindo um território com recursos ambientais viáveis para a ocupação tradicional indígena. Apesar do árduo e ingrato trabalho que é retirar o bambu.

A dimensão estratégica desse território é nítida, pois ele se encontra tanto no centro da antiga sesmaria, quanto no centro da área de ocupação tradicional que as famílias Tabajara conhecem, tendo em períodos diferentes habitado ou exercido atividades produtivas em seus nichos ecológicos. Nesse espaço é possível morar, plantar, pescar, produzir artesanato e alimentos e também acessar os mangues e praias próximos. Praias essas que são demandadas por um grande fluxo turístico onde os Tabajara encontram oportunidades de trabalho, emprego e comercialização de suas produções.

O projeto de retorno das famílias tabajara é complementar ao da reconstituição/recuperação do território e é o que os anima enquanto uma coletividade que se projeta e se pensa como uma comunidade. A retomada desses espaços é também a retomada de memórias e o rompimento com décadas de subordinação social, material e moral às elites que se beneficiaram com o loteamento das terras da Jacoca. Não à toa, o movimento indígena e o movimento quilombola no Conde emergem das contradições não-resolvidas pela reforma agrária, entre elas justamente a exiguidade dos lotes de seis hectares, inviáveis para a reprodução física e cultural das famílias.

O tema do retorno da terra associado ao retorno dos parentes é algo que está presente também nas análises que Alarcon (2014, 2020) e Souza (2019) fazem da experiência das retomadas dos Tupinambá e Pataxó-Hãhãhã no sul da Bahia.

Como afirma João Pacheco de Oliveira as retomadas constituem uma forma pós-tutelar de exercício da política pelos indígenas, sugerindo uma maneira diversa de conceber a sua relação com o Estado, sendo que tais ações são

(...) capazes de mobilizar valores tradicionais, emoções, e novas energias intelectuais e políticas de grande intensidade, atuando para a construção de cenários futuros mais desejáveis (PACHECO DE OLIVEIRA, 2018, p. 13-14).

As retomadas se ligam historicamente a diferentes modalidades de ação política desenvolvidas pelos povos indígenas, associadas a um certo estilo de mobilização presente também em movimentos camponeses, organizando um repertório definido de formas de ação coletiva com visibilidade pública, acionadas recorrentemente. Os antecedentes dessas ações podem surgir na forma de movimentos sociorreligiosos de libertação, rebeliões armadas, migrações messiânicas e nas expressões de uma “cultura de resistência” (ALARCON, 2020, p. 83-84). Ao mesmo tempo, as retomadas constituem ainda criações contemporâneas e específicas que ganham contornos no quadro da luta de cada povo indígena.

Em suma, as retomadas se tornaram a principal estratégia dos povos indígenas para o reconhecimento de seus direitos territoriais no presente, havendo sido incorporada como bandeira de luta pelo movimento indígena. Movendo-se entre escalas, é possível observar como, fincadas em seus contextos, elas se enlaçam no plano nacional para compor um “ato de descolonização” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2018, p. 13-14). E no contexto dos Tabajara isso não é diferente.

Referências

ALARCON, Daniela Fernandes. “A forma retomada: contribuições para o estudo das retomadas de terras, a partir do caso Tupinambá da Serra do Padeiro”. *RURIS - Centro De Estudos Rurais*, 7(1): 2014. <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/1648>

ALARCON, Daniela Fernandes. O retorno dos parentes: mobilização e recuperação territorial entre os Tupinambá da Serra do Padeiro, sul da Bahia. Rio de Janeiro: Tese (Antropologia Social). Museu Nacional/UFRJ, 2020.

CRUZ, Amandda Yvne Figueiredo da. “Os donos da aldeia”: história, memória e mobilização étnica do povo Tabajara da Paraíba. Dissertação (mestrado em Antropologia). PPGA/UFPB. João Pessoa. PB.

FALEIRO, Rodrigo Paranhos. Retomada ou invasão: percepção das instituições governamentais sobre a ocupação do monte Pascoal pelos índios Pataxó. In: LIMA; BARRETTO (Org.). *Antropologia e identificação: os antropólogos e a definição de terras indígenas no Brasil, 1977-2002*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/LACED, 2005.

LIMA, Aline Barboza de. Assentamento APASA – PB. A agroecologia na construção de novas territorialidades. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

MARQUES, Amanda Christinne Nascimento. Fronteira étnica: Tabajara e comunidades negras no processo de territorialização do Litoral Sul Paraibano. 2015. 369 f. Tese

(Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

MOREIRA, Emília. Por um pedaço de chão. Vol. 1. João Pessoa: Editora Universitária, 1997.

MURA, Fábio; PALITOT, Estêvão; MARQUES, Amanda. Relatório Tabajara: um estudo sobre a ocupação indígena no litoral sul da Paraíba. João Pessoa: UFPB, 2015.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. "Fighting for lands and reframing the culture". In: Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology, v. 15, n. 2. Dossier Fighting for indigenous lands in modern Brazil: the reframing of cultures and identities. Brasília, DF, Associação Brasileira de Antropologia, maio-ago., 2018. p. 1-21

PALITOT, Estêvão Martins. "Questões que diariamente ali se agitam": o processo de extinção dos aldeamentos de índios no Litoral Sul da Paraíba (1865-1867). Cadernos do LEME, Campina Grande, vol. 5, nº 1, p. 60 – 92. jan./jun. 2013

SAMPAIO, Henrique J.P.. O processo de reelaboração dos cocos no movimentos de urbanização e desenvolvimento do Município do Conde. 2001. 232 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2001.

SANTOS, Hosana Celi Oliveira. Dinâmicas Sociais e Estratégias Territoriais: organização social Xukuru no processo de retomada. Recife: Tese (Antropologia) – UFPE, 2009.

SOUZA, Jurema Machado. Os Pataxó HãHãHã e as narrativas de luta por terra e parentes, no Sul da Bahia. Brasília: Tese (Antropologia Social) - UNB, 2019.

SPINELLI, Lucas Gebara. "Devolutizar" para acumular: o saque fundiário na formação da propriedade privada no litoral sul da Paraíba. In: GONÇALVES, Claudio Ubiratan (org.). Ensaios de geografia agrária: materialidades e expressões dos conflitos territoriais. Aracajú: Artner Comunicação, 2021. p. 138-158.

TÓFOLI, Ana Lúcia Farah de. As retomadas de terras na dinâmica territorial do povo indígena Tapeba: mobilização étnica e apropriação espacial. Fortaleza: Dissertação (Sociologia) – UFC, 2010.